



Carta de Maria Farinha - Pernambuco

O I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia - I SNEA reuniu em Paulista-PE, 170 educadores(as) e educandos(as) de todas as regiões brasileiras para discutir princípios e diretrizes para a Educação em Agroecologia. O Seminário foi motivado pela necessidade de realização de uma reflexão crítica sobre a trajetória e as perspectivas das iniciativas de educação formal nesse campo do conhecimento.

A criação de cursos e disciplinas em Agroecologia (ou com ênfase em Agroecologia) em todos os níveis educacionais nos últimos anos resulta de um longo processo de luta de movimentos e organizações sociais populares e estudantis que defendem a democratização do mundo rural fundamentada no princípio da solidariedade, contribuindo para a construção de novas formas de relacionamento entre sociedade e natureza. Esses avanços quantitativos também foram motivados pela iniciativa do Estado. Estes aspectos nos apresentam novos desafios relacionados à qualidade dos processos educacionais em construção.

Muitas destas iniciativas acontecem em instituições populares ligadas aos movimentos sociais comprometidos com uma educação do campo e com novas abordagens metodológicas, mas necessitam de apoio e reconhecimento. Outras iniciativas se desenvolvem como espaços de resistência e inovação, em instituições de ensino moldadas pelo enfoque pedagógico convencional, caracterizado pelo estilo bancário e pelo paradigma científico-tecnológico da Revolução Verde.

A mudança dessa realidade cobra transformações mais abrangentes e profundas no sistema educacional, sobretudo ao proporcionar que a educação em todos os níveis se fundamente no exercício da inter e transdisciplinaridade e no diálogo entre os saberes científico-tecnológicos e as sabedorias populares. Isso implica a necessidade de que as instituições de ensino construam e executem seus projetos político-pedagógicos com a ativa participação das organizações e movimentos da agricultura familiar, camponesa, dos povos e comunidades tradicionais, urbanas e peri-urbanas. Implica também a reformulação dos sistemas metodológicos e avaliativos internos e externos às instituições de ensino e dos(as) educadores(as), de forma que os princípios para a construção do conhecimento agroecológico sejam reconhecidos e valorizados.

Constatamos que a formação de Núcleos de Estudo e Extensão em Agroecologia são iniciativas coerentes com essa perspectiva, pois contribuem para superar a compartimentalização funcional e institucional entre as práticas de extensão, ensino e pesquisa concebidas a partir dos princípios do difusionismo tecnológico e de fundamentos epistemológicos que negam a validade de outros conhecimentos que não os produzidos pela ciência institucionalizada. Fortalecer, multiplicar e articular esse tipo inovação institucional nas práticas educacionais é condição determinante para o avanço da Agroecologia em nossa sociedade.

No momento em que o Governo brasileiro anuncia o I Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, é necessário que o sistema educacional contribua com a formação de cidadãos e cidadãs comprometidos com valores éticos relacionados à democracia, à equidade e à sustentabilidade. O aprimoramento dos processos de internalização dessa perspectiva para a Educação em Agroecologia em todos os níveis educacionais, cobra a criação de espaços permanentes de interlocução entre os Ministérios da Educação, da Ciência, Tecnologia e Inovação e outros Ministérios e instâncias governamentais e as organizações e movimentos da sociedade civil do campo agroecológico. Esses espaços deverão se incumbir de elaborar e monitorar ações e programas de secretarias e órgãos desses ministérios, procurando dar coerência entre os mesmos e sintonizá-los com os objetivos e diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

O reconhecimento profissional dos egressos formados em cursos técnicos, tecnológicos e bacharelados em Agroecologia é uma necessidade urgente.

Nosso seminário constata que a riqueza de práticas educativas que emergem em todo o Brasil protagonizadas por docentes e discentes em interação com organizações da sociedade civil, iluminam caminhos promissores para internalização do paradigma agroecológico na Educação. Assumimos, portanto, o conjunto de princípios e diretrizes sistematizado a partir da interpretação crítica dessas práticas como um referencial orientador do diálogo que ora propomos aos governos visando o aperfeiçoamento e a generalização das mesmas.

Paulista-PE, 05 de julho de 2013.

Participantes do I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia

